



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**

### **INTRODUÇÃO**

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias.

Este estudo tem como objetivo: A contratação de empresa para execução de reforma e ampliação de edificação visando a adequação dos espaços para um centro de desenvolvimento econômico com área total de 787,36m<sup>2</sup>, O projeto prevê a construção de dois novos pavimentos, com salão, varanda, instalações sanitárias, hall, living e escada; bem como a reforma e ampliação de área existente, para salão e salas; contemplando ainda a implantação de cobertura destinada à utilização em feiras e eventos, com recursos oriundos do Convênio nº 1816/2025 – SECID, Prioridade 108, SAM 93

### **1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

**(art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)** descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público:

Informamos que recentemente, o município conquistou a 7º município mais desenvolvido do Paraná e o 14º do Brasil, conforme o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) divulgado em 8 de maio de 2025, que avalia saúde, educação e emprego e renda, se destacando no cenário microrregional, com um índice geral de 0,8646, Dois Vizinhos lidera o ranking do Sudoeste e se mantém entre as melhores cidades do Paraná, superando municípios muito maiores em população e recursos. O avanço é notório: o índice de Saúde saltou para 0,7879, enquanto a Educação alcançou impressionantes 0,8258, além disso Emprego e Renda alcanço índice de 0.9800, sendo que esses números refletem investimentos sólidos e planejados que transformam vida da população através das políticas públicas de desenvolvimento econômico,



Além disso nosso município possui um Produto Interno Bruto (PIB 2023) superior a R\$ 2 bilhões e um valor adicionado fiscal de quase R\$ 3 bilhões, crescimento: 12,67% em relação ao ano anterior, PIB per capita: R\$ 48,9 mil, (Fontes: Sebrae e IBGE), Dois Vizinhos destaca-se em setores como agropecuária, indústria de transformação e serviços. O município é também um dos maiores polos de metalomecânica, tecnologia, produção de grãos e proteína animal do Brasil, contribuindo de forma expressiva para a economia estadual e nacional.

Salientamos que apesar de nosso município hoje se destacar regionalmente em vários setores da economia regional e possui índices de crescimento expressivos, nosso município ainda não possui um espaço físico e funcional que propicie a inclusão da sociedade geral, com a finalidade de impulsionar por meio de ideias, treinamentos profissionalizantes e outras ações, o crescimento econômico do município.

Portanto as necessidades vistas são:

- Falta de infraestrutura para apoiar novos empreendimentos.
- Dificuldade de acesso a capacitação técnica e gerencial.
- Carência de espaços colaborativos e de inovação.
- Necessidade de atrair investimentos e dinamizar a economia local.

Neste o município viu a necessidade de dispor e melhorar um espaço criando um espaço físico e funcional voltado para impulsionar o crescimento econômico local e regional, promovendo inovação, empreendedorismo, qualificação profissional e geração de emprego e renda.

Este espaço visa oferecer:

- Infraestrutura para negócios onde startups ou empresa possam oferecer palestras ou treinamentos.
- Promover laboratórios em ambientes colaborativos para o desenvolvimento de novos produtos e serviços.
- Apoiar pesquisas aplicadas e parcerias entre universidades, empresas e o poder público.



- Estimular o uso de tecnologias sustentáveis e práticas modernas de gestão. capacitação e formação profissional
- Ministras treinamento e qualificação voltados às demandas do mercado local.
- Promover cursos, workshops e eventos sobre empreendedorismo, gestão e inovação.
- Servir como ponto de encontro entre empreendedores, investidores, instituições de ensino e governos.
- Facilitar políticas de incentivo econômico e atração de investimentos.
- Estimular a criação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do comércio local.
- Estimular o crescimento equilibrado, com geração de emprego, renda e melhoria da qualidade de vida.
- Valorizar recursos e potenciais locais, reduzindo desigualdades econômicas.

Em resumo, a obra de um Centro de Desenvolvimento Econômico tem como finalidade criar condições estruturais e institucionais para dinamizar a economia, fortalecer a inovação e promover o progresso social e econômico de uma local.

#### **Da vedação à subcontratação**

Na visão técnica é vedada a subcontratação total ou parcial de quaisquer serviços a serem executados neste empreendimento.

#### **Quanto a Possível adesão a Ata de Registro de Preços**

Considerando a necessidade de execução de obras de reforma e ampliação, a Administração Pública, após análise técnica e administrativa, opta por não aderir à Ata de Registro de Preços vigente, devido a especificidades incomuns do objeto, possuindo características técnicas específicas, inadequação da AEP às necessidades do projeto e pela garantia da qualidade e da execução adequada, pois a concorrência permite a avaliação mais criteriosa da qualificação técnica das empresas participantes.



Diante do exposto, resta tecnicamente e administrativamente justificada a não adesão à Ata de Registro de Preços, bem como a opção pela realização de concorrência, como forma mais adequada para atender ao interesse público e garantir a correta execução da obra de pavimentação asfáltica

## **2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA**

**(art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)**

Tendo em vista a necessidade acima exposta o município buscou analisar a melhor forma de atender a demanda, que neste caso é a construção de um espaço próprio e adequado para a necessidade.

O município buscou por:

- Espaços próprios adequados para finalidade, onde não foi encontrado,
- Possíveis locais para locação, porém não foi encontrado espaços adequados ou muitos deles necessitariam de adequações de grande porte, além disso o custo de locação e manutenção seria um custo que não daria retorno a logo prazo.
- Aquisição de terreno para construção de uma edificação, o que não se torna interessante pois custo do empreendimento se tornaria superior em função do valor venal dos terrenos urbanos.
- E adequação de num espaço existente para atendimento da demanda, o que é possível pois o município possui essa infraestrutura.

Neste sentido vimos que a melhor forma de atender a demanda é utilizar um espaço já existente, reformando e ampliado o local para que o mesmo possa tem funcionalidade, acessibilidade e atenda às necessidades propostas para edificação e a normas vigentes.

## **3. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE**



**(art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)** estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

Como este projeto se trata de uma reforma e melhoria e uma edificação já existente, informamos que serão no mesmo projeto necessários uma reforma de 167,14 m², uma ampliação de edificação fechada com área de 500,10 m² e uma ampliação de cobertura externa com 120,12 m² totalizando entre reforma e ampliação 787,36 m², sendo esta área necessária para atendimento da demanda da edificação.

#### **4. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**(art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021)** estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

O valor estimado da contratação é de R\$ 2.467.439,60 (dois milhões quatrocentos e sessenta e sete mil quatrocentos e trinta e nove reais e sessenta centavos), levando em consideração que o custo m² de obras de reforma e ampliação de grande vulto é de aproximadamente 3.133,81 R\$/m².

#### **5. ANÁLISE DOS RISCOS**

**(art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021)** a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

Em anexo.

#### **6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**(art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)** descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;



Com base nas análises apresentadas, verifica-se que a alternativa mais vantajosa para atender às necessidades identificadas consiste na utilização de uma edificação existente, estrategicamente localizada, que será reformada e ampliada de maneira significativa. Essa intervenção permitirá que o edifício seja transformado em um Centro de Desenvolvimento Econômico, atuando como um espaço de relevante função social e econômica, capaz de impulsionar o crescimento local e regional.

A proposta prevê a adequação da estrutura física para acolher atividades voltadas à formulação de políticas públicas, promoção da inovação tecnológica e qualificação técnico-profissional da população. Assim, o centro se configurará como um ambiente multipropósito, preparado para fomentar iniciativas empreendedoras, programas de capacitação, ações de apoio ao setor produtivo e projetos articulados com instituições públicas e privadas.

O resultado esperado é a criação de um equipamento público moderno, funcional e voltado para o desenvolvimento sustentável, agregando valor à comunidade e contribuindo para a melhoria da competitividade econômica, geração de emprego e fortalecimento das capacidades locais.

## **7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **(art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)**

A empresa licitante deve apresentar um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome do profissional responsável pelos serviços, que comprove(m) aptidão para fornecimento pertinente e compatível com o objeto licitado.

Poderão ser aceitos atestados ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedidos por pessoas físicas para pessoas jurídicas, desde que este seja chancelado por profissional habilitado constando minimamente o número da anotação de responsabilidade técnica de fiscalização ou laudo de avaliação chancelando os quantitativos executados.



A licitante deve apresentar Certidão de Acervo Técnico: Certidão de acervo técnico (CAT) profissional que ateste a execução de características semelhantes aos serviços e emitido pelo CONSELHO DE CLASSE, para pessoa jurídica de direito público ou privado, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, profissional este que será o responsável técnico do serviço.

As quantidades exigidas como acervo deste edital estão em acordo com a Lei nº 14.133/2021, Obs.: Os serviços de maior relevância e valor significativo são as seguintes:

Tipo de Obras: **RFORMA, CONSTRUÇÃO OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÃO.**

- Como no momento ainda não se sabe o quantitativo a ser executado e este depende do projeto técnico recomendamos que seja exigido de acervo o total de 50% dos itens de maior relevância do orçamento estimativo, desde que este atenda o § 2º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.
- Comprovação de que o responsável técnico indicado, pertence ao quadro da empresa;
- Certificado de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho de Classe, contendo no mínimo os seguintes dados: Razão Social; Endereço; Número e data do registro; Ramo de atividade; Nome do responsável técnico registrado.
- Certificado de Registro de Pessoa Física no respectivo Conselho de Classe (com atribuição para o objeto licitado) contendo no mínimo os seguintes dados: Nome; Endereço; Número e data do registro e nome do Profissional indicado para esta licitação.
- Comprovação de que o licitante possui vínculo profissional, na data de abertura desta licitação, com o Profissional indicado. (Se empregado através do Contrato de Trabalho ou Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Ficha de Registro de Empregados, em que conste o licitante como contratante, quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa





licitante tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma, contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio, se o vínculo for de natureza civil apresentar Contrato de prestação de serviços regido pela legislação comum).

- Certificado da NBR ISO 9001:2015 - norma brasileira que estabelece os requisitos para um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ). Para as seguintes atividades Planejamento e execução de obras de construção civil.

#### Quanto a exigência da certificação da NBR ISO 9001:2015

fundamenta-se na complexidade técnica, no grau de risco e na criticidade dos serviços envolvidos na execução da obra objeto desta contratação, cuja natureza demanda rigoroso controle de processos, padronização de procedimentos e gestão sistemática da qualidade.

A adoção de um Sistema de Gestão da Qualidade certificado contribui significativamente para:

- a redução de falhas de execução;
- o controle efetivo dos processos construtivos; a rastreabilidade de materiais e serviços; o cumprimento de prazos contratuais;
- a mitigação de riscos técnicos, operacionais e financeiros à Administração;

Diante das características específicas da obra, notadamente, vimos que se trata de uma obra de múltiplos métodos executivos tanto convencionais estruturas metálicas, equipamentos de elevação como elevados ou plataforma elevatória, além disso por se tratar de uma reforma com ampliação de múltiplos pavimentos, o que acresce em periculosidade na execução do empreendimento, bem como a localização da obra que esta situada em área central necessitando de controle rigoroso de fluxo de matérias e pessoal, verifica-se que a certificação NBR ISO 9001:2015 constitui meio idôneo e proporcional para assegurar o padrão mínimo de qualidade esperado, em consonância com os princípios da





eficiência, planejamento, interesse público e seleção da proposta mais vantajosa, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Ressalte-se que a exigência não possui caráter restritivo, uma vez que será admitida a comprovação por certificações equivalentes ou outros meios técnicos idôneos, capazes de demonstrar a adoção de sistema de gestão da qualidade compatível com o objeto contratado, conforme permitido pela legislação vigente e pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União. Assim, a exigência mostra-se necessária, adequada e proporcional, não se tratando de mera liberalidade administrativa, mas de medida técnica indispensável à adequada execução da obra.

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as informações passadas pela fiscalização.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto pela área responsável não exclui a responsabilidade da Contratada por futuros problemas resultantes da incorreta execução do contrato.

A Contratada deverá:

- assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos serviços a serem executados.
- executar os serviços de forma direta, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.
- prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados relacionados com as características dos produtos/serviços fornecidos.



- executar, fielmente os serviços, de acordo com as especificações e exigências da fiscalização, não se admitindo modificações projetuais sem prévia consulta e concordância da Contratante.
- executar os serviços ou a entrega dos produtos de acordo com os prazos e critérios definidos no cronograma, possíveis alterações no cronograma deverão ser solicitados com antecedência e aprovados junto ao contratante.
- Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.
- Manter durante a execução o diário de obras, anotação de responsabilidade técnica, alvará de construção e outras documentações pertinentes afins de garantir assiduidade na fiscalização por parte de entidades como o CREA PR.
- pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais adquiridos, fornecer Nota Fiscal correspondente aos produtos comercializados, igual ao descrito em Nota de Empenho, assim como se responsabilizar pelas despesas operacionais e administrativas, de mão de obra dos produtos, transporte até o local da entrega que será previamente indicado.

Quando a aquisição for adquirida pelo Município através de Transferências Especiais de Recursos Federais ou Estaduais ou verba parlamentar é imprescindível indicar nas observações da Nfe, o número do convênio, número do Edital, documentos estes que comprovam o nexo causal entre recursos repassados e as despesas realizadas.

Quanto ao Simples Nacional, Pessoa jurídica reunida em consórcio e cooperativas:

**A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional?**



Sim (x)

Não ( ) (justificar)

**Poderá participar Pessoas Jurídicas em consórcio?**

Sim (x)

Não ( ) (justificar)

**Poderá participar Sociedades Cooperativas?**

Sim ( )

Não (x) - a vedação de participação de sociedades cooperativas somente se aplica nas hipóteses de contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, que não se enquadrem nas hipóteses permitidas no artigo 10 da IN SEGES nº 5/2017.

**INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO**

( ) SIM

(x) NÃO

**8. JUSTIFICATIVAS**

(Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Qualificação Técnica profissional e operacional:

Demonstrar que os licitantes possuem a experiência e a competência necessárias para executar o objeto da licitação, garantindo um resultado de qualidade, reduzindo riscos durante a execução do contrato, como atrasos e não conformidades.



A garantia de que o licitante tem a capacidade de executar o contrato com eficiência e eficácia, otimizando os recursos públicos.

**Qualificação Econômico-Financeira:**

Garantir que os licitantes tenham uma situação financeira estável e saudável, capaz de suportar os custos e responsabilidades do contrato, demonstrando que a empresa tem capacidade de cumprir suas obrigações financeiras, como pagamento de fornecedores, salários e impostos, evitando inadimplência.

Evitando riscos de falência ou dificuldades financeiras, que possam comprometer a execução do contrato e o interesse da administração pública.

## **9. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL**

**(art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)** descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

A execução da obra reforma e ampliação do centro de desenvolvimento econômico poderá gerar alguns impactos ambientais típicos de empreendimentos de pequeno a médio porte no contexto urbano, os quais, embora não classifiquem o projeto como de significativo impacto ambiental (nos termos da Resolução CONAMA nº 01/1986), exigem atenção da Administração Pública para fins de prevenção, mitigação e controle, conforme os princípios do desenvolvimento sustentável e da legislação ambiental vigente.

Entre os impactos potenciais estão a geração de resíduos sólidos da construção civil, o aumento do ruído e da poeira durante o período de execução da obra, o risco de contaminação do solo por armazenamento inadequado de materiais e o consumo pontual elevado de recursos naturais (água e energia).



Para mitigar esses efeitos, será exigida da contratada a apresentação de Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), em conformidade com a Resolução CONAMA nº 307/2002; a adoção de práticas de controle de poeira, como umidificação periódica do canteiro; o uso de equipamentos com manutenção regular para evitar emissão excessiva de gases e ruídos; e a instalação de barreiras físicas de contenção e sinalização para proteção do entorno. Além disso, deverá ser prevista a destinação ambientalmente adequada dos resíduos e a utilização de materiais certificados, quando possível, promovendo a redução dos impactos ambientais e a segurança do espaço urbano durante a execução da obra.

Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.

Além disso, orienta-se a contratada a algumas medidas, conforme segue abaixo:

Preferência por produtos de baixo impacto ambiental;

Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (Lei nº12.305/2010);

Preferência para produtos reciclados e recicláveis, bem como para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (Lei nº12.305/2010);

Aquisição de produtos e equipamentos duráveis, reparáveis e que possam ser aperfeiçoados;

Opção gradativa por produtos mais sustentáveis, com estabelecimento de metas crescentes de aquisição, observando-se a viabilidade econômica e a oferta no mercado, com razoabilidade e proporcionalidade;



Adoção de procedimentos racionais quando da tomada de decisão de consumo, observando-se a necessidade, oportunidade e economicidade dos produtos a serem adquiridos;

Observância às normas técnicas, elaboradas pela ABNT, para aferição e garantia da aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados; e Conformidade dos produtos, insumos e serviços com os regulamentos técnicos pertinentes em vigor expedidos pelo Conmetro/Inmetro de forma a assegurar aspectos relativos à saúde, à segurança, ao meio ambiente ou à proteção do consumidor e da concorrência justa (Lei nº 9.933/1999). Em conformidade com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (2024), especialmente o item 3.5.2, que trata de obras públicas e serviços de engenharia, este Estudo Técnico Preliminar reconhece e incorpora diretrizes específicas para a mitigação de tais impactos. Dentre as medidas previstas, destaca-se a exigência de apresentação, pela empresa contratada, de Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), elaborado conforme a Resolução CONAMA nº 307/2002, prevendo a separação, reutilização, transporte e destinação final ambientalmente adequada de entulhos e demais resíduos gerados. Serão adotadas exigências quanto à utilização de materiais com menor impacto ambiental, como tintas à base de água, madeiras certificadas e preferência por fornecedores locais, além da previsão de itens de eficiência energética e hídrica no projeto da edificação, tais como iluminação natural, ventilação cruzada, torneiras com temporizador e vasos sanitários com duplo acionamento. Para o controle de poeira e poluição sonora, a contratada deverá manter o solo umedecido nos períodos secos, operar equipamentos com manutenção em dia e implantar barreiras físicas de contenção e sinalização adequada no canteiro de obras. Essas exigências, aliadas à fiscalização sistemática da execução contratual, permitirão a condução da obra com impacto ambiental reduzido, compatível com os princípios do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade socioambiental na administração pública.



## **10. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

**(art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021)** demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

A reforma e ampliação da edificação existente destinada à implantação do Centro de Desenvolvimento Econômico têm como propósito gerar benefícios estruturais, sociais e econômicos para o município e região. Os resultados pretendidos com a execução do projeto incluem:

Melhoria e modernização da infraestrutura física

- Recuperação, adequação e ampliação da edificação, garantindo condições adequadas de segurança, acessibilidade, funcionalidade e conforto.
- Criação de novos ambientes destinados a salas de capacitação, áreas administrativas, auditório, laboratórios de inovação e espaços de atendimento ao público.

Implantação de um ambiente integrado de desenvolvimento econômico

- Disponibilização de um espaço preparado para abrigar programas de incentivo ao empreendedorismo, à inovação tecnológica e ao apoio a pequenos negócios.
- Estruturação de um local apropriado para reuniões, ações governamentais e articulação de políticas públicas voltadas ao crescimento econômico.

Expansão da capacidade de oferta de serviços à comunidade

- Aumento da quantidade e qualidade dos cursos, treinamentos e atividades de qualificação profissional ofertados à população.
- Ampliação do atendimento a empreendedores, trabalhadores e estudantes, favorecendo a inclusão produtiva.

Fomento ao desenvolvimento socioeconômico local e regional





- Estímulo à geração de emprego e renda a partir da formação de mão de obra qualificada.
- Promoção de ambientes favoráveis à atração de investimentos, fortalecimento de cadeias produtivas e dinamização econômica.

#### Impactos sociais positivos e duradouros

- Criação de um equipamento público de uso coletivo que promove cidadania, inovação e educação continuada.
- Redução de desigualdades por meio da oferta de oportunidades acessíveis à população em geral.

#### Sustentabilidade e otimização do uso do patrimônio público

- Aproveitamento de uma edificação existente, reduzindo custos e impactos ambientais em comparação com uma construção totalmente nova.
- Valorização do patrimônio público através da revitalização e requalificação do espaço urbano.

## **12. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

**(art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021)** justificativas para o parcelamento ou não da contratação:

Após a análise das características do objeto, conclui-se que a contratação da obra de reforma e ampliação do centro de desenvolvimento econômico não deve ser parcelada, tendo em vista que os serviços a serem executados possuem natureza integrada e interdependente, demandando coordenação técnica única e execução sequencial, sob responsabilidade de um único contratado.

O parcelamento do objeto poderia acarretar perda de eficiência operacional, aumento dos riscos de incompatibilidades técnicas, conflitos de responsabilidade entre diferentes executores, além de possíveis atrasos na execução e prejuízos à qualidade final da obra.

Do ponto de vista econômico, a contratação integral mostra-se mais vantajosa, pois evita a duplicidade de mobilização de canteiro, equipes,



equipamentos e encargos administrativos, reduzindo custos indiretos e mitigando riscos de sobrepreço e retrabalho.

Registra-se, ainda, que o não parcelamento não compromete a competitividade do certame, uma vez que o objeto se enquadra em serviços usualmente executados por empresas do ramo da construção civil com capacidade técnica compatível, preservando-se os princípios da isonomia, eficiência, economicidade e do interesse público, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, o não parcelamento da contratação apresenta-se como a solução tecnicamente mais adequada e economicamente mais vantajosa para a Administração Pública.

### **13. REGIME DE FORNECIMENTO**

(Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021) o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

Ressaltamos que recomendamos que o regime de fornecimento seja feito através da modalidade de empreitada por preço global, uma vez que está aumenta a competitividade do certame e abre a possibilidade de que os descontos sejam efetuados de forma proporcional e capacidade econômica executiva das empresas participantes do certame.

### **14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

(art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;



Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal e suplente designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Indicar se no processo devido à complexidade ou natureza do objeto será necessário acompanhamento de Fiscal Técnico.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Carlos Eduardo Mangini Silva
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Raul Zanella
Fiscal Técnico:	Raul Zanella
Suplentes:	Marcio Trentini

## **15. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES**

**(art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)**

No momento salientamos que para esta contratação não possui contratações correlatas uma vez que a prestação deste serviço ocorrerá de forma completa desde a recuperação da base até a sinalização vertical e horizontal, não necessitando outras contratações para que a obra possua a devida funcionalidade.

## **16. ALINHAMENTO COM O PAC**

**(art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)** demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

Informamos que a referida obra não está prevista no Plano Anual de Compras do ano de 2025, porem se tratar de um recurso esporádico, com aporte financeiro de outras entidades.

## **17. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS**



- ☒ (x) Global
- ☐ ( ) Lote(s) de Itens
- ☐ ( ) Por Itens

**18. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?**

- ☐ ( ) Bens e serviços comuns
- ☐ ( ) Bens e serviços especiais
- ☒ (X) Serviço comum de engenharia
- ☐ ( ) Serviço especial de Engenharia

A contratação para reforma e ampliação do Centro de Desenvolvimento Econômico configura-se como serviço comum de engenharia, nos termos do § 3º do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, uma vez que o objeto possui projeto básico e executivo previamente definidos pelos técnicos municipais e adota soluções técnicas usuais e amplamente difundidas no mercado, não demandando inovações técnicas complexas nem soluções personalizadas de elevada especialização.

O objeto apresenta metodologia executiva consolidada e amplamente conhecida, fundamentada nas normas técnicas construtivas vigentes, com baixa variabilidade tecnológica, o que permite a descrição precisa das exigências no instrumento convocatório e a comparação objetiva das propostas apresentadas pelos licitantes.

Ademais, a natureza do empreendimento — consistente na reforma e ampliação de edificação pública de médio porte — alinha-se às diretrizes de racionalização, padronização e eficiência administrativa da contratação pública, possibilitando seu enquadramento como serviço comum de engenharia, em consonância com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) e com as orientações da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

- ☒ (x) Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos



- ( ) Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra  
( x ) Serviços não contínuos ou contratados por escopo  
( ) Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

**19. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

Entendemos que será necessário a exigência de garantia de contratação pois visa proteger a Administração Pública contra eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais pela empresa contratada, como atrasos, vícios no serviço, ou não entrega do objeto.

**20. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**(art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)** posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Diante das informações supra, concluímos pela viabilidade e necessidade da contratação de empresa especializada para reforma e ampliação de espaço para servir de logradouro para um centro de desenvolvimento econômico.

**21. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC**

**(Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021)** a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

- ( ) Pregão, ( ) Tradicional ( ) SRP  
(x) Concorrência, (x) Tradicional ( ) SRP  
( ) Concorrência eletrônica (x) Concorrência Presencial  
( ) Concurso  
( ) Leilão  
( ) Dialogo Competitivo

Justificativa quanto a escolha do modo de disputa:



A decisão da Administração Municipal de Dois Vizinhos/PR de buscar a inversão das fases de julgamento e habilitação, e a consequente necessidade de adotar a modalidade presencial para as concorrências asfálticas, encontra amparo nos princípios e nas disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – NLLC), especialmente em função da busca pela eficiência e pela seleção da proposta mais vantajosa.

### 1. O Problema Identificado e a Busca pela Eficiência

O processo licitatório tem como um de seus objetivos primordiais assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, bem como garantir a celeridade e a justa competição.

A experiência prática relatada pela administração municipal de Dois Vizinhos/PR aponta para uma dificuldade recorrente nos certames de rito ordinário da Lei nº 14.133/2021: a participação de inúmeros licitantes que disputam a fase de propostas, mas que, ao final, não possuem as condições mínimas de habilitação para assumir a execução contratual.

No rito procedimental padrão estabelecido pela NLLC, as fases de apresentação de propostas e lances (Inciso III) e julgamento (Inciso IV) antecedem a fase de habilitação (Inciso V). Essa sequência, embora concebida para trazer celeridade e replicar o modelo bem-sucedido do pregão, demonstra-se problemática em licitações de obras asfálticas no município quando atraindo participantes não qualificados.

Essa distorção compromete a eficiência e a celeridade, pois o tempo e os recursos são gastos na avaliação de propostas e lances de licitantes que seriam inevitavelmente inabilitados, atrasando a contratação e a execução da obra.

### 2. Fundamentação e Motivação para a Inversão de Fases

A inversão da ordem das fases procedimentais é um mecanismo expressamente previsto na Lei nº 14.133/2021, que visa conferir maior flexibilidade e adaptação do rito às necessidades concretas da Administração.



## 2.1. Possibilidade Legal: Art. 17, § 1º da Lei nº 14.133/2021

A inversão das fases tem seu alicerce legal no Artigo 17, § 1º da Lei nº 14.133/2021:

“Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência: [...] V - de habilitação; [...] § 1º A fase referida no inciso V do caput deste artigo poderá, mediante ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes, anteceder as fases referidas nos incisos III e IV do caput deste artigo, desde que expressamente previsto no edital de licitação.”

Portanto, é legalmente possível que a fase de habilitação (Inciso V) anteceda as fases de apresentação de propostas e lances (Inciso III) e julgamento (Inciso IV).

## 2.2. Motivação da Inversão de Fases

A inversão de fases é uma medida de exceção que deve ser adotada mediante ato motivado e com a explícita indicação dos benefícios decorrentes.

No caso das concorrências de obras civis, a motivação reside diretamente na necessidade de aumentar a eficiência e a celeridade do processo, mitigando os riscos já comprovados da participação de licitantes sem capacidade de assumir o contrato.

### Benefícios da Inversão de Fases:

1. Eliminação de Licitantes Não Qualificados: Ao realizar a habilitação (jurídica, técnica e econômico-financeira) em primeiro lugar, é possível filtrar imediatamente as empresas que não atendem às exigências mínimas, desestimulando a participação de "empresas aventureiras".

2. Foco Administrativo: O esforço da Administração para analisar propostas, negociar e processar recursos foca-se apenas nos licitantes que já demonstraram capacidade plena para executar o objeto, otimizando o tempo e os recursos públicos.





3. Celeridade e Redução de Litigiosidade: A exclusão precoce de inabilitados reduz a chance de questionamentos e recursos posteriores complexos relacionados à fase de propostas e lances, garantindo maior fluidez ao processo.

É importante notar que, mesmo com a inversão das fases, os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, serão exigidos somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, conforme disposto no Art. 63, Inciso III da Lei nº 14.133/2021. No entanto, a verificação prévia dos demais requisitos essenciais de habilitação (jurídica, técnica e econômico-financeira) já garante o objetivo de afastar a maioria dos licitantes inaptos.

### 3. Justificativa para a Realização da Licitação na Forma Presencial

A Lei nº 14.133/2021 estabelece que as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica. A forma eletrônica é altamente recomendada, inclusive pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), por possibilitar maior concorrência, impessoalidade, transparência e economia de custos (como transporte e diárias).

Contudo, a utilização da forma presencial é admitida, desde que motivada.

#### 3.1. Necessidade de Motivação para a Forma Presencial: Art. 17, § 2º

A permissão para o uso da modalidade presencial está no Art. 17, § 2º da Lei nº 14.133/2021:

“Art. 17. [...] § 2º As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.”

A motivação para a forma presencial deve demonstrar que ela oferece mais benefícios à Administração Pública ou que a modalidade eletrônica é inviável.

#### 3.2. Fundamentação na Inviabilidade Técnica do Sistema Eletrônico

No caso do Município de Dois Vizinhos/PR, a inviabilidade da forma eletrônica não se dá pela incapacidade dos fornecedores (justificativa que o TCE-PR considera insuficiente se não acompanhada de medidas de implementação do



eletrônico), mas sim pela limitação técnica do sistema eletrônico utilizado (ComprasGov), que não suporta a inversão de fases.

Dado que a Administração Municipal, por meio de um ato motivado e com base na experiência prática, concluiu que a inversão de fases (habilitação prévia) é a solução técnica e economicamente mais vantajosa para garantir a eficiência e afastar licitantes desqualificados nas concorrências asfálticas, a impossibilidade técnica de implementar essa solução no sistema eletrônico de uso municipal (ComprasGov) justifica o uso excepcional da forma presencial.

Ressaltamos que as regiões Oeste e Sudoeste contam com um rol de mais de 20 (dez) empresas devidamente capacitadas, que possuem condições técnicas e operacionais para executar o objeto deste convênio com qualidade, atendendo a todos os critérios estabelecidos na legislação normativa vigente. Isso comprova que a proposta de inversão de fases neste certame não compromete a ampla concorrência do processo licitatório.

Podemos ainda dizer que, entendemos que a inversão de fases no certame permite ao município garantir que a empresa licitante possui efetiva capacidade técnica de fornecer e aplicar os materiais dentro dos parâmetros estabelecidos pelas normas vigentes, assegurando, assim, a qualidade e a conformidade da execução da obra.

Ressaltamos ainda que em uma análise ampla ao projeto de engenharia vimos que o mesmo conta com sistemas construtivos variados, fornecimento e instalação e equipamentos como elevadores que aumenta a dificuldade executiva do empreendimento.

Assim, a adoção da inversão de fases – e, por consequência, da modalidade presencial – revela-se medida indispensável para garantir maior celeridade, eficiência e segurança jurídica ao certame, possibilitando que o Município de Dois Vizinhos cumpra os prazos do termo de convenio N° N° 1816/2025 SECID, Prioridade 108, protocolo 24.124.969-7, e assegure a correta aplicação dos recursos públicos em benefício da coletividade.



## Procedimentos auxiliares

- ☐ Credenciamento (Inexigibilidade-Chamamento)
- ☐ Pré-Qualificação
- ☐ Procedimento de Manifestação de Interesse, etc vide art. 78 da Lei.

## Contratação Direta:

- ☐ Dispensa ☐ com disputa ☐ sem disputa
- ☐ Inexigibilidade de licitação.

## Critério de julgamento:

- ☒ menor preço
- ☐ melhor técnica ou conteúdo artístico
- ☐ técnica e preço
- ☐ maior retorno econômico
- ☐ maior desconto
- ☐ maior lance

Modo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

- ☒ Aberto
- ☐ Fechado
- ☐ Aberto e Fechado
- ☐ Fechado e Aberto

## Caráter do orçamento estimado SIGILOS

- ☐ SIM
- ☒ NÃO

**22. Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?**

- ☐ Recursos Próprios
- ☒ Recursos Estaduais



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

---

( ) Recursos Federais

Dois Vizinhos, 19 de Janeiro de 2026.

Elaborado pela Secretaria de Administração e Finanças e pelo  
Departamento de Licitações